

APRESENTAÇÃO*

Em tempos de crise, o avanço da ofensiva do capital ocorre pelo ataque sistemático aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, objetivando, assim, garantir a ampliação da pauta ultraneoliberal e neoconservadora e incidir na formação de um sujeito político útil e dócil para reprodução da ordem burguesa.

Para tal, é importante difundir um conjunto de valores e concepções que ataquem os direitos humanos a partir das diversas dimensões de sua existência, como a orientação sexual e a identidade de gênero; a questão de raça e etnia e a religiosidade e espiritualidade.

Analisar como estes ataques aos direitos humanos se manifestam no Brasil é a tarefa do livro que ora apresentamos ao público. Um livro escrito por pesquisadores-intelectuais militantes de várias instituições públicas de ensino, unidos pela mesma perspectiva teórica e política: examinar a realidade brasileira da perspectiva dos “de baixo”, nos termos do saudoso sociólogo Florestan Fernandes, os trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, indígenas, aqueles e aquelas que lutam cotidianamente pela ruptura com a superexploração da força de trabalho e a dominação burguesa inerentes ao capitalismo (dependente).

Neste sentido, o livro possui dois objetivos centrais: analisar os ataques aos direitos humanos e o avanço do neoconservadorismo no Brasil contemporâneo e indicar os desafios que tal contexto econômico, político e ideo-cultural apresenta para a formação e o trabalho profissional do assistente social, sendo, didaticamente, estruturado em três partes.

A primeira parte intitulada “Capitalismo dependente, racismo e religiosidades” articula sete capítulos. O primeiro capítulo, “Neopentecostalismo e o plano de poder: o racismo religioso na sociedade brasileira”, tem por objetivo abordar o racismo religioso como uma face do racismo estrutural. A partir de cuidadosa revisão bibliográfica e do levantamento de dados em fontes secundárias, os autores examinam o avanço

*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.19-26

das religiões neopentecostais, tanto no sentido do número de adeptos, como da ocupação dos poderes da República, tendo o discurso racista religioso e conservador como marca fundamental das políticas em curso no nosso país.

Na sequência, o capítulo “Fundamentalismo religioso e traços fascistóides no capitalismo dependente: uma análise da conjuntura brasileira” problematiza os elementos da conjuntura brasileira, cujo padrão de governabilidade está assentado na relação fé e política como pilar da busca pela reprodução da hegemonia burguesa. A partir de densa interlocução com pesquisadores das áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, a autora analisa a ascensão da extrema-direita à brasileira, com ênfase na contribuição do fundamentalismo cristão neste cenário, identificando como o seu avanço converge com a manutenção das elites brasileiras, que a longo da história preservam e ampliam seus interesses, associados aos interesses econômicos e políticos do imperialismo.

O terceiro capítulo - “Racismo religioso e a política pública de liberdade religiosa em tempos de fundamentalismo” - analisa o desenvolvimento e a consolidação das políticas públicas de liberdade religiosa no Brasil, a partir do exame da formação sócio-histórica brasileira, identificando os avanços legislativos e sociais conquistados através da mobilização dos movimentos organizados da população negra, mas evidenciando que, apesar de a liberdade religiosa ser garantida por lei, na medida em que o fundamentalismo religioso avança, o aumento dos casos de intolerância religiosa é alarmante, especialmente em relação às religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé.

O quarto capítulo analisa as bases estruturais do dilema racial brasileiro dialogando com o pensamento sociológico de Florestan Fernandes. A partir do exame da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, o texto ressalta as funções econômicas, políticas, sociais e ideoculturais do mito da “democracia racial” e da forma como incide no padrão brasileiro de relação racial. Com base nestes elementos teóricos, analisa como a ofensiva ultraconservadora do capital, conduzida, em nosso país, por um governo marcado por traços

fascistizantes, ressignifica o dilema racial brasileiro, aprofundando o racismo ostensivo ou dissimulado.

O quinto capítulo, intitulado “A ‘Santíssima Trindade’ do capital no Brasil: o valor, a mercadoria e o dinheiro na formação social brasileira”, recupera o dogma da Santíssima Trindade, um dos elementos centrais do cristianismo, onde a figura de Deus aparece com ser trinitário (uma forma fetichista, entendido como um tipo de construção e não de divinização). As reflexões de Walter Benjamin sobre o culto ao dinheiro, a mercadoria e ao valor inerente ao modo de produção capitalista inspiram o exame desta tríade - mercadoria, valor e dinheiro - que se fez (e se faz) na presente configuração da formação social brasileira. Da pilhagem colonial ao desenvolvimento do capitalismo (dependente), o texto evidencia como ocorrem as manifestações recentes desta trindade fetichista e destruidora da vida humana e da natureza, ressaltando que a lógica cega desta tríade não comporta mais saídas dentro dela, evidenciando que uma saída emancipatória somente se dará com uma ruptura total com a ordem do capital.

O capítulo sexto “Quem tem medo da macumba?” apresenta um conjunto de reflexões sobre o candomblé, a partir de uma concepção ampliada, para além de seu aspecto religioso, identificando-o como uma comunidade tradicional, um espaço de preservação de sabenças encantadas, de uma existência ancestral. Ao questionar "quem tem medo da macumba?", o autor busca refletir sobre quem tem medo do candomblé, da umbanda, da quimbanda e de todo o panteão das religiosidades de matrizes afro-ameríndias. A partir dessa concepção ampliada de terreiro, enquanto território político-mítico-religioso, o texto aborda, de forma cuidadosa, as diversas formas de violência cometidas contra membros dessas comunidades como manifestações de uma estrutura colonizada, racista e escravocrata que marca a sociedade brasileira e que busca inviabilizar uma forma social negro-brasileira de existir, que por muito tempo negou o lugar da África e do negro na história.

Fechando a primeira parte do livro, o capítulo “Pecado (do) capital, expressão e arma da unidade exploração-opressão: desvendando o fundamentalismo religioso em tempos de barbárie” analisa a complexidade do nexos político do conservadorismo religioso como elemento fundamental para entendermos a decadência ideológica da burguesia e suas particularidades regionais em um contexto de agudização da destrutividade da sociabilidade do capital. Para tal, o autor retorna à ontologia do ser social, em rico debate com a perspectiva marxista-lukacsiana, refletindo sobre a materialidade da alienação religiosa e entendendo sua unidade com os processos de desumanização do trabalho e de manutenção da unidade exploração-opressão. O texto examina como a crise do capital na atual conjuntura, marcada pelo avanço do conservadorismo religioso, incide diretamente na batalha das ideias, na compreensão sobre aspectos subjetivos e cotidianos da classe trabalhadora, atingindo também e com especial condição o Serviço Social brasileiro, apresentando um conjunto de desafios para a formação e o trabalho profissional do assistente social.

A segunda parte do livro intitulada “Direitos humanos, populações indígena, negra e lgbtqia+ e religiosidades” congrega cinco capítulos. O capítulo “Orientação sexual e identidade de gênero nos terreiros” trata de um debate pulsante e polêmico: a identidade de gênero e orientação sexual no que tange suas diferenças e especificidades, abordando a presença das pessoas travestis e transsexuais nos terreiros e os possíveis impactos relacionados aos seus corpos, questionando a não discussão sobre gênero e suas identidades no que se refere ao uso de suas vestes nos rituais religiosos. Com firmeza e densidade teórica, o texto busca refletir sobre a reprodução das relações de poder conduzidas por alguns dirigentes espirituais nos terreiros de Umbanda e candomblé, na medida em que impedem o uso das vestes de seus filhos e filhas de santo conforme suas adequações sociais e suas identidades de gênero, demonstrando que as hierarquizações nos terreiros se tornam abusivas por negarem as existências dos corpos desta população.

Na continuidade destas reflexões, o capítulo intitulado “Pedagogias e contrapedagogias: por uma metodologia anticolonial” problematiza a estrutura do sistema educacional brasileiro e elabora uma crítica da diferença cultural e de abordagens na pedagogia, tecendo os caminhos necessários para uma educação anticolonial, isto é, fora dos fundamentos ontoepistemológicos da modernidade colonial. A partir de densa fundamentação teórico-metodológica, os autores analisam como o colonialismo, em todas as suas formas estruturantes, instaurou uma guerra contra as pessoas negras, indígenas e asiáticas organizando uma metodologia colonial que se apoia nos pilares ontoepistemológicos da modernidade para garantir a ordem do mundo moderno-colonial estruturando, inclusive, o sistema educacional brasileiro, fazendo da escola e da universidade espaços de opressão. Na contramão desta perspectiva, os autores propõem três movimentos para uma práxis da imaginação radical: desaprender o colonialismo; descolonizar a imaginação e construir contrapedagogias anticoloniais e, reivindicando as propostas de bell hooks, reafirmam a urgência de concebermos as salas de aula como espaços de socialização dos saberes negros, indígenas e enterreirados como contrapedagogias que imaginam o mundo de outra forma, a partir de diferentes metodologias (ou para além das metodologias) e reinventam nosso ser demonstrando que é possível existir de maneiras diferentes.

O décimo capítulo aborda um tema atual e controverso: “O uso medicinal e ritualístico-religioso da cannabis sativa pelos povos originários”. A autora aborda como, historicamente, o uso medicinal e ritualístico religioso da maconha se entrecruza com a relação que os povos originários têm com o processo saúde-doença. Para além disso, há uma análise da criminalização da maconha no Brasil, identificando o racismo estrutural como seu fio condutor e uma problematização como, de um lado os (as) jovens negros (as) periféricos (as) são as maiores vítimas da famigerada “Guerra às Drogas” e, do outro lado, a classe dominante enriquece ainda mais, já que a maconha, desde 2019, se

transformou em uma nova *commodity*, movimentando o mercado internacional.

O capítulo intitulado “Mulher Negra no Brasil: trançado de desigualdades e insurgências” problematiza a questão da mulher negra no Brasil a partir da articulação entre a formação sócio-histórica brasileira e a relação entre o racismo e o sexismo como expressões da desigualdade social e da opressão. Estabelecendo os nexos entre colonialismo, Estado moderno, dependência e racismo, os autores examinam o legado da escravidão e como o racismo se manifesta, na atualidade, a partir da análise dos dados recentes sobre a população carcerária brasileira, a desigualdade racial no mercado de trabalho e o extermínio de negros no Brasil. Neste quadro mais amplo, a situação da mulher negra é ainda mais alarmante, seja pelo número de mulheres negras resgatadas do trabalho escravizado contemporâneo ou pelo número de mulheres negras assassinadas, exigindo do movimento de mulheres negras um conjunto de ações políticas de denúncia e resistência à exploração econômica e à subordinação racial e sexual a qual estão submetidas.

“Intolerância religiosa e resistência das religiões afro-brasileiras em Campos dos Goytacazes/RJ” é o décimo segundo capítulo do livro e tem como objetivo examinar o fenômeno da discriminação às religiões afro-brasileiras e o processo de resistência dos seus adeptos a partir da criação do Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB), em 2014, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Recuperando as análises sobre o racismo e a intolerância religiosa, o texto apresenta um resgate histórico da intolerância no referido município e sua intensificação em tempos recentes. Também destaca as ações de resistência que tiveram como importante referência o I Fórum de Religiosidade de Matrizes Africana e Afro-brasileira, espaço de criação do Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB) que segue atuando no município a partir de um conjunto de importantes estratégias político-institucionais de enfrentamento à intolerância religiosa/racismo religioso.

Por fim, a terceira parte “Desafios do serviço social contemporâneo no enfrentamento do conservadorismo na formação, no exercício

profissional e na produção do conhecimento” articula três capítulos. O capítulo décimo terceiro, “Conservadorismo e políticas sociais: apontamentos sobre seus fundamentos e suas expressões contemporâneas” desnuda os principais conceitos sobre o conservadorismo à luz do materialismo histórico-dialético, contextualizando como “novas expressões” se apresentam na conjuntura brasileira, cujos rebatimentos são percebidos no trato das políticas sociais.

No capítulo décimo quarto, o tema “Formação profissional e o ensino teórico-prático em Serviço Social” é desenvolvido, recupera a historicidade da dimensão teórico-prática da formação de assistentes sociais. A discussão resgata que a intervenção sobre a realidade é um traço constitutivo e estruturante do Serviço Social, tendo como eixo condutor das análises a experiência como docentes das disciplinas de Oficina Teórico-prática do Serviço Social (I e II) e Supervisão Acadêmica de Estágio (I, II e III) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. A partir da reflexão sobre o caráter lacunar conferido à dimensão técnico-operativa no tempo da formação, entendida como dimensão indissociável dos componentes ético-político e teórico-metodológicos, as autoras argumentam que, aliada às condições objetivas do trabalho, o exercício profissional tende à reprodução de práticas conservadoras e acríticas. Ademais, o capítulo destaca a urgência de estreitamento entre a universidade e os campos profissionais para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

O capítulo décimo quinto, intitulado “Serviço Social brasileiro na conjuntura dos extremos: compromisso e laicidade profissionais em questão”, encerra as discussões do livro, apresentando o esforço intelectual de reafirmação do compromisso ético-político e da laicidade profissionais das assistentes sociais circunscritos na atual conjuntura marcada pelo retrocesso de corte neofacista e ultraneoliberal. A autora recupera a falácia de um passado conservador superado no exercício da profissão, presente no discurso aparente, problematizando as contradições postas para materialização de um exercício profissional democrático, universalista e anticapitalista, tal qual conquistado nos

marcos regulatórios da formação e do fazer profissionais, afinados com as lutas sociais no processo de redemocratização brasileira.

Convidamos à leitura dessa produção realizada com muito afeto, compromisso, abordagens historicizadas e socialmente referenciadas que, sendo plural em seu conteúdo, mantém o traço firme e comum, assentado na luta por um projeto societário sem exploração e discriminações de qualquer natureza.

Kátia Lima, Lúcia Soares e Lucília Carvalho da Silva